

O espaço da Baía de Guanabara e suas múltiplas tensões

Alan Pacífico

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio
Membro do grupo de pesquisa GeTERJ PUC-Rio
alancdc@gmail.com

INTRODUÇÃO:

“Quando os colonizadores aqui aportaram, a natureza era pródiga e bela. A paisagem era majestosa, o mar batia diretamente nos pontões e costões que a emolduravam. Os manguezais se estendiam por quase todo o litoral, orlando enseadas e estuários, assegurando a produtividade de Baía. Uma dezena de lagunas e brejos alinhavam-se na retaguarda de restingas, com praias de areias alvas. Pitangueiras, cajueiros, bromélias e cactos enfeitavam os cômodos de restingas e dunas. Os rios de águas transparentes descreviam meandros, antes de atingirem amplos estuários e enseadas. As ilhas paradisíacas, os morros e as serras eram cobertos por uma exuberante floresta tropical, habitat de uma abundante e variada fauna. Funda e limpa, a Baía assistia à entrada em suas águas, de inúmeras baleias. Dezenas de aldeias indígenas orlavam a Baía, utilizando de forma harmoniosa a sua riqueza biológica.” (AMADOR, 1992, p. 201)

A colonização portuguesa, a exploração do pau-brasil e posteriormente de toda a Mata Atlântica, os “ciclos” da cana de açúcar e do café, o processo de evolução urbana da região metropolitana do Rio de Janeiro, o desenvolvimento da industrialização e uma série de outros fatores, constituíram-se como processos modeladores do espaço da Baía de Guanabara, inscrevendo-se uma nova paisagem. A paisagem do ambiente degradado, dos ecossistemas destruídos, das línguas negras, dos animais mortos e da miséria constante.

O espaço da Baía de Guanabara, ao longo dos anos estabeleceu-se como um espaço de profundas tensões. Diversos interesses (concorrentes, consonantes ou divergentes) historicamente coexistentes dentro do mesmo espaço que pode ser definido a partir da delimitação da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, interferiram (e ainda interferem) nas tomadas de decisão política da gestão deste espaço.

Eis o ponto principal da proposta deste trabalho. Conceber a Baía de Guanabara como espaço de tensões e contradições, apontar que estas tensões encontram-se nas diversas dimensões do espaço geográfico e, a partir da compreensão dos fenômenos espaciais que regem e dinamizam a vida na Baía de Guanabara, observar como estes fenômenos interferem na gestão do território neste espelho d’água fundamental para o Estado do Rio de Janeiro.

Neste sentido, para a compreensão efetiva dos fenômenos espaciais na Baía de Guanabara considerando suas múltiplas tensões, torna-se necessário respondermos a uma questão fundamental: Como as diversas dimensões das tensões no espaço da Baía de Guanabara (ambiental, político-administrativa, infraestrutural, etc.) se configuram como importantes entraves à gestão deste território?

OBJETIVOS:

Indo ao encontro desta questão fundamental, o objetivo principal deste trabalho é basicamente caracterizar o espaço da Baía de Guanabara, suas dimensões físicas, sua dinâmica natural, sua bacia hidrográfica, os municípios banhados, sua geomorfologia, o histórico de ocupação e degradação ambiental, sua atual infraestrutura, sua logística interna e seu contexto político-econômico, com o intuito de, observando estas dimensões do espaço geográfico, compreender a essência das diversas tensões materializadas no território fluminense, dirigindo as análises ao recorte escalar da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara. Neste sentido, a dialética entre produção do espaço e tensões sociais permeará todo o debate realizado no presente texto.

REFERENCIAL TEÓRICO E METODOLOGIA PROPOSTA:

Portanto, espera-se para o desenvolvimento deste artigo, alcançar uma precisão conceitual capaz de elucidar as complexas problemáticas presentes no espaço da Baía de Guanabara e as principais dimensões das tensões que coexistem em seu território. Neste sentido, as referências teórico-metodológicas revelam-se como suporte fundamental para as discussões e análises. Num primeiro momento, as referências podem ser classificadas, para efeito didático, em duas linhas gerais de pesquisa: (a) Uma mais voltada para o estudo específico da região da Baía de Guanabara (recorte espacial deste trabalho) considerando as múltiplas tensões presentes neste espaço e: (b) Uma segunda linha, mais conceitual, que se debruça nos estudos sobre a natureza do espaço geográfico. O objetivo deste duplo movimento teórico-conceitual é pretender, diante de um maior esforço, garantir, ao mesmo tempo, a precisão conceitual nas análises sobre o espaço geográfico (conceito caro a esta pesquisa) e a caracterização detalhada de cada dimensão das tensões no espaço “Baía de Guanabara”, a saber: dimensão ambiental, político-administrativa e infraestrutural. A tentativa de compreender como estas dimensões das tensões interferem na gestão do espaço da Baía de Guanabara é o elo entre as duas linhas de pesquisa teórico-conceituais que conduzirão as análises e discussões do trabalho.

Na primeira linha de pesquisa destacam-se, fundamentalmente, sobre o histórico de ocupação e degradação ambiental na Baía de Guanabara, as análises de Amador (1992); também

sobre esta temática e incorporando a observação de outros exemplos internacionais de gestão em ecossistemas de baías sublinha-se a obra de Coelho (2007). Além dos autores citados adiante, o Plano Diretor de Recursos Hídricos da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (PDRH-BG, 2005) também foi um importante auxílio para uma compreensão geral das dinâmicas hidrológicas, geomorfológicas, geológicas e sociais do espaço da Baía de Guanabara.

A própria dinâmica que se pretende desenvolver neste texto impõe também um movimento de leitura numa outra perspectiva: a de compreensão do espaço geográfico como categoria analítica capaz de explicar e de promover a superação das múltiplas tensões materializadas historicamente no território. Neste sentido, na linha de pesquisa (*b*) destacam-se as contribuições de Santos (1985 e 1996) sobre os elementos do espaço e suas categorias analíticas (forma, função, estrutura e processo) e sua conceituação a respeito da natureza do conceito de espaço, compreendido por este autor como “um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações” (1996 p. 63). Corrêa (1995) aborda as diferentes concepções de espaço vinculadas às diversas correntes do pensamento geográfico e apresenta o que entende por práticas espaciais. Dentre outros autores com importantes contribuições, destacam-se estes acima descritos para uma efetiva construção e superação da problemática aqui estabelecida sobre como as diversas tensões presentes no espaço da Baía de Guanabara (em suas mais variadas dimensões) interferem na gestão do território desta Baía, configurando-se como primeiro passo para a compreensão e apreensão do objeto deste trabalho, as potencialidades de sustentabilidade do espaço da Baía de Guanabara frente ao novo quadro produtivo, econômico e social do estado do Rio de Janeiro no contexto contemporâneo.

Caracterizando o espaço da Baía de Guanabara:

A região hidrográfica V, segundo o Instituto Estadual do Ambiente (INEA) ou bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, com área aproximada de 4.000 Km² engloba de forma total ou parcial o território político-administrativo de 16 municípios, sendo os parcialmente incluídos os municípios de: Cachoeiras de Macacu, Niterói, Nova Iguaçu, Petrópolis, Rio Bonito e Rio de Janeiro e os municípios que se incluem inteiramente são: Nilópolis, Belford Roxo, Mesquita, São João de Meriti, Duque de Caxias, Guapimirim, Magé, Itaboraí, Tanguá e São Gonçalo (COELHO, 2007).

Cabe destacar que a parte de Petrópolis que se encontra no interior da bacia é uma pequena área onde não se localiza qualquer centro populacional. Em compensação, Cachoeiras de Macacu possui apenas um trecho praticamente não habitado fora da bacia. Por este motivo, como na maioria dos estudos referentes à região da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, o município de Cachoeiras de Macacu será considerado também nesta pesquisa como

inteiramente presente na bacia da Baía de Guanabara e Petrópolis será excluído de determinadas análises por motivos práticos.

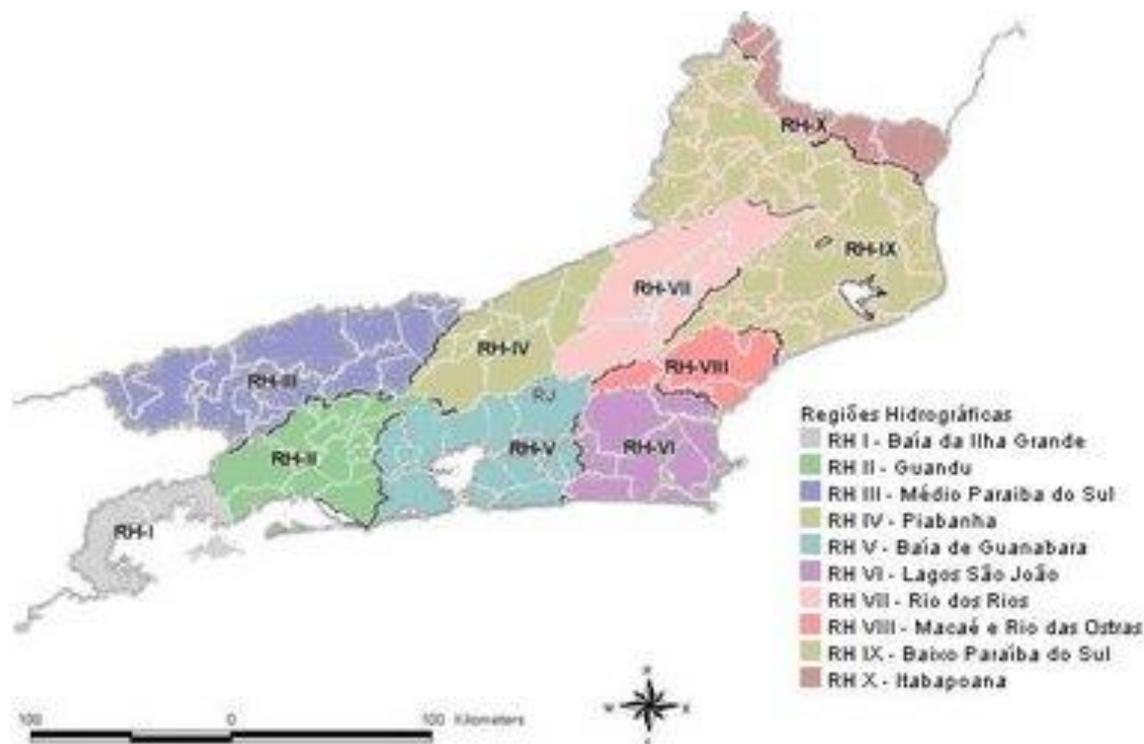
Com uma população de aproximadamente 11 milhões e 600 mil habitantes (CIDE 2009), distribuída entre seus municípios, dentre os quais se destacam principalmente o município do Rio de Janeiro, Niterói, São Gonçalo e os municípios da Baixada Fluminense (**Ver Tabela 1**), a Região Hidrográfica da Baía de Guanabara (RHBG) que abriga o maior parque industrial do Estado, apresenta um alto grau de complexidade tanto em sua dinâmica ecológica quanto no que se refere à sociedade que dá vida a este espaço geográfico (PDRH-BG, 2005). A Baía de Guanabara em si, ocupa uma área de aproximadamente 380 km², incluindo a superfície de suas ilhas, pedras e ilhotas. A maior largura é de 28 km, atingida entre a foz dos rios São João de Meriti e Guapi-Macacu e a maior extensão é de 38 km entre a foz do rio Magé até a barra da baía. A barra possui 1.500m de extensão, e é dividida em dois canais pela ilha de Cotunduba (COELHO, 2007).

Porém, quando nos referimos à bacia hidrográfica da Baía de Guanabara temos dimensões consideravelmente maiores e, neste trabalho, o recorte espacial será fundamentalmente o da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara que é perfeitamente descrito por Coelho (2007):

A bacia hidrográfica contribuinte à Baía de Guanabara tem área aproximada de 4.000 km² e características topográficas contrastantes, incluindo zonas montanhosas, áreas planas de baixada e restingas, mangues e praias. Ao norte limita-se com a serra do Mar, com altitudes entre 1.000 e 2.000m. Na fronteira sul, as cadeias de montanhas são mais baixas, entre 500 e 1.000m, paralelas ao litoral. Os rios que deságuam na Baía podem ser classificados como de regime torrencial. Nascem no interior da Mata Atlântica e descem pelas encostas abruptas da escarpa frontal da serra do Mar e dos maciços costeiros com o alto curso reduzido, forte poder erosivo e grande energia. (...) Entre os principais, aproximadamente 35, os de maiores bacias de drenagem são Guapi-Macacu, Caceribu e Iguaçu, que formam meandros e deltas estuarinos, cobertos por extensos manguezais. (p. 36).

A Baía de Guanabara também abriga grande quantidade de ilhas, destacando-se a Ilha do Governador, com seus mais de 40 km². As mais de 80 ilhas presentes no interior da Baía possuem características diferentes. Algumas habitadas, outras servindo como base militar ou com ocupação industrial, outras cobertas por vegetação, algumas desertas ou ainda outras dispostas em arquipélagos estão, em sua maioria, localizadas na área de fundo da Baía, onde a dinâmica das águas é mais tranqüila. O principal ecossistema da Bacia Hidrográfica da Baía de Guanabara é a Mata Atlântica, um dos ecossistemas mais ameaçados do mundo, mas também fazem parte de sua paisagem os brejos e manguezais (COELHO, 2007)

Mapa 1 – Regiões Hidrográficas do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: INEA

**Tabela 1 – Divisão Municipal da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara em 2009
(População, Área e Participação dos municípios na bacia hidrográfica)**

Municípios	População Total (habitantes)	Área (Km ²)	Participação dos municípios na Região Hidrográfica (%)
Rio de Janeiro	6.163.817	1.264,2	30
Cachoeiras de Macacu	54.379	958,2	94
Magé	240.037	386,6	100
Niterói	478.347	131,8	60
Itaboraí	224.247	428,6	100
Nova Iguaçu	851.997	517,8	54
Rio Bonito	52.614	463,3	42
Petrópolis	321.650	776,6	5
São Gonçalo	981.389	251,3	100
Duque de Caxias	862.762	475,7	100
São João de Meriti	468.703	34,9	100
Nilópolis	153.542	19,2	100
Belford Roxo	434.316	80,0	100

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Guapimirim	46.705	361,7	100
Tanguá	28.998	143,7	100
Mesquita	188.813	41,6	100
Total	11.543.316		

Fonte: Centro de Informações e Dados do Rio de Janeiro (CIDE), 2009.

Compreendendo o espaço: Um exercício metodológico

Para uma análise do espaço da Baía de Guanabara, suas principais tensões e contradições, partimos da proposta de Santos (1985) de que:

O espaço deve ser considerado como uma totalidade, a exemplo da própria sociedade que lhe dá vida. Todavia, considerá-lo assim é uma regra de método cuja prática exige que se encontre, paralelamente, através da análise, a possibilidade de dividi-lo em partes. Ora, a análise é uma forma de fragmentação do todo que permite, ao seu término, a reconstituição desse todo. Quanto ao espaço, sua divisão em partes deve poder ser operada segundo uma variedade de critérios. O que vamos privilegiar, através do que chamamos “os elementos do espaço”, é apenas uma dessas diversas possibilidades. (p. 15)

Neste sentido, o primeiro esforço metodológico para a compreensão dos fenômenos espaciais em sua totalidade no recorte espacial da bacia da Baía de Guanabara é considerar os elementos deste espaço. Segundo Santos (1985) os elementos do espaço são: “Os homens, as firmas, as instituições, o chamado meio ecológico e as infraestruturas” (p. 16). Assim, com o intuito de tornar mais claros os objetivos desta pesquisa, considerou-se necessário desenvolver um quadro explicativo dos elementos do espaço e alguns exemplos na Baía de Guanabara (**Quadro 1**). Santos (1985) também assinala que:

Os homens também podem ser tomados como firmas (o vendedor da força de trabalho) ou como instituições (no caso do cidadão, por exemplo), da mesma maneira que as instituições aparecem como firmas e estas como instituições. Este último é o caso das transnacionais ou das grandes corporações, que não apenas se impõem regras internas de funcionamento como intervêm na criação de normas sociais a um nível de amplitude maior que o da sua ação direta, e até se tornam concorrentes das instituições e, mesmo, do Estado. (...) No momento atual, as funções das firmas e das instituições de alguma forma se entrelaçam e confundem, na medida em que as firmas, direta ou indiretamente, também produzem normas, e as instituições são, como o Estado, produtoras de bens e serviços (p. 17).

No entanto, o que nos interessa até aqui é a compreensão a respeito dos elementos do espaço da Baía de Guanabara e suas múltiplas interações, pois, para uma análise que privilegia a dimensão espacial como categoria analítica, é fundamental que se realize o exercício

metodológico de dividir o espaço em partes num primeiro momento (a partir da classificação de seus elementos) para, num momento posterior da análise, recuperar a totalidade deste espaço a partir do estudo das suas diversas interações no contexto da interdependência funcional entre os elementos. Sendo assim, este será o caminho metodológico deste capítulo.

O espaço da Baía de Guanabara compreende em seu interior diversas tensões, todas elas profundamente interligadas, no entanto, a partir do método presente em Santos (1985) que observamos anteriormente, podemos *a priori* classificar estas tensões de acordo com algumas dimensões, para que, num segundo momento possamos compreender a totalidade destes fenômenos espaciais a partir da leitura de suas múltiplas interações.

Por exemplo, se considerarmos a dimensão da questão **ambiental** na baía somos capazes de observar as diversas tensões presentes neste âmbito. Se considerarmos a dimensão material das **infraestruturas** também serão encontradas muitas outras tensões, provenientes dos conflitos de interesses dos diversos agentes modeladores deste mesmo espaço que é, ao mesmo tempo, condição e produto das suas vidas. Podemos destacar os interesses das forças armadas, os interesses das indústrias, das ONGs, da empresa de transporte aquaviário, etc, que se materializam no território através das ações políticas.¹

Outra dimensão que comporta diversas tensões e que tem se apresentado como um dos maiores desafios à gestão do espaço na Baía de Guanabara é a dimensão **político-administrativa**. Como foi dito anteriormente, a bacia hidrográfica da Baía de Guanabara compreende o território político-administrativo de 16 municípios com grande heterogeneidade histórica, econômica, política e cultural. Neste sentido, a gestão conjunta do espaço da Baía de Guanabara ainda é um desafio a ser superado pelos gestores públicos dos municípios da região hidrográfica da baía, assim como as tensões políticas e os interesses conflitantes entre eles.

Quadro 1 – Os elementos do espaço da Baía de Guanabara

Elementos do Espaço	Enumeração e Funções	Exemplos na Baía de Guanabara
---------------------	----------------------	-------------------------------

¹ Ações políticas compreendidas aqui no sentido amplo do termo. As ações políticas do Estado, das empresas, das ONGs, promovidas pela população em movimentos sociais, etc. Contribuição presente no livro: “*Geografia e Política*” de CASTRO (2005).

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

Os Homens	São elementos do espaço seja na qualidade de fornecedores de trabalho, seja na de candidatos a isso, trate-se de jovens, desempregados ou de não empregados. É a população ou porção dela podendo ser classificada a segundo sua idade, seu sexo, raça, nível de instrução, nível de salário, sua classe, etc.	Os trabalhadores, os turistas, os militares, etc.
As Firms	Produzem bens, serviços e idéias. Podem ser individuais ou coletivas, estas últimas podendo ser sociedades anônimas, sociedades limitadas ou ainda cooperativas, corporações nacionais ou firmas internacionais.	Barcas S.A; Petrobras; Bayer do Brasil; Petroflex; Ponte S.A, etc.
As instituições	Produzem normas, ordens e legitimações.	Estado (Governo estadual e governos municipais); Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica); ONGs (Instituto Baía de Guanabara)
As infraestruturas	São o trabalho humano materializado e geografizado na forma de casas, plantações, caminhos, etc.	Portos, Indústrias, Embarcações, Bases Militares, Fortes, etc.
O meio ecológico	É o conjunto de complexos territoriais que constituem a base física do trabalho humano. O meio ecológico já é meio modificado, e cada vez mais é meio técnico.	A Bacia Hidrográfica da Baía, seus rios, suas ilhas, suas praias e costões rochosos, sua Mata Atlântica.

Fonte: Santos (1985)

As tensões presentes no espaço da Baía de Guanabara e suas dimensões:

Diante da difícil tarefa de compreender o espaço geográfico em sua totalidade, torna-se necessário compreender este espaço em sua multidimensionalidade. E, como vimos anteriormente, a Baía de Guanabara é um espaço que apreende múltiplas tensões, que por sua vez também apresentam diversas dimensões. Tal complexidade precisa ser analisada através de precisão conceitual e rigor metodológico. Neste sentido, a seguir serão analisadas as dimensões das tensões no espaço da Baía de Guanabara com maior detalhamento.

É significativa a descrição de Corrêa (1995) para a análise pretendida neste trabalho. Segundo este autor:

Eis o espaço geográfico, a morada do Homem. Absoluto, relativo, concebido como planície isotrópica, representado através de matrizes e grafos, descrito através de diversas metáforas, reflexo e condição social, experienciado de diversos modos, rico em simbolismos e **campo de lutas, o espaço geográfico é multidimensional**. Aceitar esta multidimensionalidade é aceitar por práticas sociais distintas que permitem construir diferentes conceitos de espaço. **Torná-lo inteligível é, para nós geógrafos, uma tarefa inicial.**

Decifrando-o, revelamos as práticas sociais dos diferentes grupos que nele produzem, circulam, consomem, lutam, sonham, enfim, vivem e fazem a vida caminhar (p. 44). (grifo próprio)

Também, Castro (2005), ao indicar os temas e questões pertinentes ao campo da geografia política, destaca que:

É possível então afirmar que as questões e os conflitos de interesse surgem das relações sociais e se territorializam, ou seja, materializam-se em disputas entre grupos e classes sociais para organizar o território da maneira mais adequada aos objetivos de cada um, ou seja, do modo mais adequado aos seus interesses. Essas disputas no interior da sociedade criam tensões e formas de organização do espaço que definem um campo importante da análise geográfica (p. 41).

Deste modo, tomando estas citações como ponto de partida, podemos compreender melhor as tensões presentes no interior do espaço da Baía de Guanabara em suas múltiplas dimensões dando a elas maior atenção.

a) Dimensão Ambiental:

A Baía de Guanabara hoje é um dos ecossistemas mais poluídos do país (PDRH-BG, 2005) e o desmatamento histórico da Mata Atlântica, a constante emissão de esgoto e de lixo (doméstico e industrial) nas águas da Baía, a poluição industrial, a poluição causada pelos derramamentos de óleo e a poluição do ar são fatores que contribuem ativamente para a permanência deste quadro de profunda degradação ambiental (COELHO, 2007).

Programas de despoluição tem sido matéria de uma série de discussões envolvendo o Estado, as indústrias, as diversas empresas, as ONGs e a população como um todo. Existe o consenso entre todos estes atores que a Baía de Guanabara necessita de um plano emergencial de gestão ambiental, porém, o desafio, e a causa da maioria dos conflitos são as seguintes questões: Qual dever ser a prioridade da gestão ambiental na Baía de Guanabara, ou em outras palavras por onde começar um plano de gestão na região hidrográfica da Baía? Quais são as funções de cada agente modelador deste espaço, quais são suas responsabilidades para um ambiente melhor? Qual é o preço a pagar por cada agente num esforço de gestão conjunta? Quais outros mecanismos de planejamento e gestão ambiental e de fiscalização podem ser pensados para uma efetiva melhora na qualidade dos ecossistemas da Baía diante da inércia e ineficácia dos atuais mecanismos existentes?

Estas questões geram profundas tensões quando contemplamos a dimensão ambiental do espaço entre seus diversos elementos (Homens, firmas, instituições, infraestruturas) em torno do elemento chamado meio ecológico. Porém, considerando a afirmação de Santos (1985) de que:

Quando nos referimos a homens, estamos englobando nesta expressão o que se poderia chamar de população ou fração de uma população. Sabemos, porém, que uma população é formada por pessoas que se podem classificar

segundo sua idade, seu sexo, sua raça, seu nível de instrução, seu nível de salário, sua classe, etc. As características da população permitem o seu conhecimento mais sistemático, e o mesmo se dá com as firmas, que podem ser individuais ou coletivas. (...) Ora, cada uma dessas parcelas ou frações de um determinado elemento formador do espaço exerce uma função diferente e também relações específicas com outras frações dos demais elementos. (...) Assim, as relações de cada tipo de homem com o Estado não são as mesmas. As relações de cada tipo de firma com o Estado também não são idênticas. (...) Se considerássemos a população como um todo, as firmas como um todo, a nossa análise não levaria em conta as múltiplas possibilidades de interação. Ao contrário, quanto mais sistemática for a classificação tanto mais claras aparecerão as relações sociais e , em consequência, as chamadas relações espaciais. (p. 22 e 23)

a análise destas questões e tensões na dimensão ambiental (e também nas que virão posteriormente) ganham novos contornos de complexidade fundamentais para uma análise espacial mais profunda.

b) Dimensão infraestrutural:

A partir da afirmativa de Santos (1985) de que “as infraestruturas se somam e colam ao meio ecológico, e se tornam uma parte inseparável dele” pode-se associar que a dimensão infraestrutural das tensões no espaço da Baía de Guanabara está intrinsecamente ligada à dinâmica ambiental.

As infraestruturas presentes na região hidrográfica da Baía de Guanabara (portos, hospitais, estações de barcas, fábricas, rodovias, linhas de transmissão de energia, escolas, etc.) podem até mudar de função com o passar dos anos, mas dificilmente desaparecerão da paisagem. A região hidrográfica da Baía de Guanabara, com uma área quase correspondente à delimitação da Região Metropolitana do Rio de Janeiro concentra a maior quantidade de infraestruturas do Estado. Algumas possuem função turística, outras função logística, outras ainda, função militar de proteção estratégica e coexistem no mesmo espaço geográfico. No entanto, a maioria das infraestruturas presentes no espaço da Baía de Guanabara tem se representado como agente de degradação ambiental.

Para compreendermos melhor a dinâmica das tensões infraestruturais e ambientais interligadas, tomemos como exemplo o caso da indústria. Segundo Coelho (2007):

A atividade industrial constitui um dos principais fatores de contaminação da Baía de Guanabara. É responsável por cerca de 20% da carga orgânica lançadas em suas águas e pela quase totalidade da carga de substâncias tóxicas. De acordo com os dados do Censo Industrial do IBGE (1985), os municípios localizados na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara respondem por 74% do total de indústrias do Estado do Rio de Janeiro, 77% do número de empregados e 72% do valor da produção do setor. (...) Em termos de poluição da Baía, é importante destacar o enorme impacto da indústria química e petroquímica, notadamente a Reduc e o pólo

Eixo Temático 2 – Litoral Urbano: apropriação, usos e conflitos

de outras unidades do mesmo gênero que se desenvolvem ao redor da refinaria. Do parque industrial de cerca de 14 mil fábricas, algumas historicamente tiveram participação direta no processo de contaminação das águas da Baía de Guanabara por períodos mais ou menos longos. (p. 77)

A princípio, pode-se observar no caso da indústria no espaço da Baía de Guanabara, a prática da seletividade espacial (CORRÊA, 1995), ou seja, “a decisão sobre um determinado lugar segundo este apresente atributos julgados de interesse de acordo com os diversos projetos estabelecidos.” (p. 36)

A seletividade espacial se justifica no caso da indústria na Baía de Guanabara devido à sua localização que obedece, a princípio, os seguintes critérios estratégicos de localização industrial: proximidade do mercado consumidor (diante do processo de metropolização), proximidade das fontes de matérias-primas e proximidade do mercado de capitais (COELHO, 2007).

Observando toda esta rede de infraestrutura logística é possível se chegar à dimensão das tensões que ocorrem na Baía de Guanabara através de seus atores. A Baía, considerando-se sua dimensão infraestrutural, constitui-se como um verdadeiro e intenso espaço de circulação, ou “espaço de fluxos” como diria Castells (1999).

De acordo com Santos (1985), um espaço de circulação como o da Baía de Guanabara, por exemplo:

presta-se de maneira diferente à utilização pelas firmas diversas dentro de uma cidade, região ou país. Haveria uma hierarquia de usos, à qual corresponderiam diferenças, igualmente hierárquicas, na capacidade efetiva de realização do capital produtivo. O uso seletivo do espaço se daria sobretudo através deste processo, uma vez que, nas condições atuais de circulação rápida do capital, isto é, pela necessidade de rápida transformação do produto em mercadoria ou capital-dinheiro, isto é, nas condições atuais de reprodução, a capacidade maior ou menor de fazer circular rapidamente o produto é condição, para cada firma, de sua capacidade maior ou menor de realização, ou, em outras palavras, do seu poder de mercado, o que também quer dizer poder político. Assim, quanto maior a distância entre possibilidades reais de circulação das firmas em presença e tanto maior será a pressão para que a rede de transportes e comunicações seja adequada às mais fortes, facilitando-lhes a concorrência com as demais e, desse modo, aumentando a sua força.

Mesmo com o foco na produção, a análise de Santos possibilita-nos compreender melhor a dinâmica das tensões que se materializam no território, estabelecendo-se um paradoxo gerador de mais conflitos no âmbito da dimensão infraestrutural do espaço da Baía de Guanabara, pois, enquanto as infraestruturas, em sua maioria, têm causado sérios danos ambientais, prejudiciais à população desta região, que se vê obrigada a conviver num ambiente inóspito com as doenças provenientes da péssima qualidade da água, odor constante e com a paisagem degradante, esta mesma população também depende destas infraestruturas para a sua reprodução social. Dependem da fábrica onde trabalham, da estação onde tomam suas barcas

diariamente, e assim por diante. Ou seja, as tensões se multiplicam à medida que problematizamos a questão, sinalizando para os desafios da gestão deste território.

c) Dimensão político-administrativa

De acordo com Acsegrad (2001) “embora ecologicamente interligado, o mundo é socialmente fragmentado” (p. 50) e “o futuro das cidades dependerá em grande parte dos conceitos constituintes do projeto de futuro dos agentes relevantes na produção do espaço urbano” (p. 47).

Trazendo a reflexão dessas afirmações para uma escala regional, a escala da bacia hidrográfica da Baía de Guanabara, pode-se compreender parte das tensões de dimensão político-administrativa deste espaço. Por exemplo, os grandes problemas da degradação ambiental que abrangem toda a área da Baía afetando os mais diversos ecossistemas não respeitam os limites da divisão político-administrativa municipal. Neste sentido, qual unidade municipal será a responsável pela gestão das conseqüências ambientais?

A dimensão político-administrativa do espaço da Baía de Guanabara é uma das maiores fontes de tensão e conflitos, pois envolve diferentes interesses dos 15 municípios pertencentes ativamente da sua região hidrográfica, das autoridades de gestão existentes na Baía e, enfim, de uma população que já ultrapassa 11 milhões de habitantes.

A começar pela heterogeneidade entre os municípios, com histórico de ocupação diferenciada, o que implica também numa heterogeneidade da densidade demográfica, da evolução da paisagem urbana, da oferta de bens e serviços, etc. Cada um destes municípios, a seu modo, estabelece relações com a Baía de Guanabara, seja através da poluição, seja de saneamento básico, ou ainda através de políticas de despoluição. No entanto, qualquer mecanismo de gestão utilizado exclusivamente por um município será ineficiente diante da inseparabilidade dos fenômenos naturais nos ecossistemas.

Como vimos anteriormente, dos 16 municípios da bacia da Baía de Guanabara, 6 estão parcialmente incluídos (considerando o município de Petrópolis) e 10 incluídos totalmente, porém, isso não significa maior ou menor responsabilidade quanto à gestão deste território, pois, por exemplo, a cidade do Rio de Janeiro (parcialmente incluída) é um dos municípios mais poluidores da bacia hidrográfica (PDRH-BG, 2005). Neste sentido, a Baía de Guanabara precisaria ser concebida como um espaço de gestão conjunta, não de gestões concorrentes, como vem ocorrendo a partir da lógica neoliberal de “competição entre cidades” num contexto capitalista macroeconômico global.

Mapa 3 – Divisão Político-Administrativa do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro – 2008 (CEPERJ)

A Constituição de 1988, ao assegurar maior autonomia aos municípios brasileiros, garantiu a possibilidade de as prefeituras se organizarem através de consórcios municipais a partir de um determinado objetivo comum. E aí entra a reflexão a respeito da segunda afirmação de Acselrad (2001).

Quais têm sido os conceitos constituintes da visão de futuro dos gestores municipais da região hidrográfica da Baía de Guanabara? Eles convergem para a melhoria do atual quadro de degradação deste espaço? Existe algum mecanismo de gestão conjunta dos municípios da bacia da Baía de Guanabara e quais tipos de autoridades de gestão têm predominado até então? Como planejar obras de saneamento, de dragagem, programas de despoluição, diminuir a emissão de lixo e de resíduos industriais em todo o espaço da bacia da Baía de Guanabara? Como fiscalizar e punir as indústrias poluidoras presentes em todos os municípios?

Estas questões trazem à tona a proporção das tensões de dimensão político-administrativa no espaço da Baía de Guanabara.

Segundo Coelho (2007):

Algumas iniciativas na área de gestão ambiental e de recursos hídricos foram tomadas na bacia hidrográfica da Baía de Guanabara. Entre elas podem ser citadas a criação do Grupo dos 15, envolvendo os municípios que a compõem, e iniciativas de criação de comitês. Existem também vários programas de obras de despoluição da Baía, não só os gerenciados pelo Governo, como também os de empresas privadas. Podem ser citados o Programa de Despoluição da Baía de Guanabara (PDBG) e o Termo de Compromisso para Ajuste Ambiental (TCAA), da Petrobras, entre outros. Porém, mesmo com tais iniciativas de gestão, não se pode ainda dizer que a qualidade da água esteja melhorando ou que a quantidade de lixo que chega à Baía tenha diminuído. Apesar dos esforços, o que se constata é que ainda não se alcançou um grau mínimo de efetividade na implantação de um sistema de gestão ambiental integrado (p. 209).

Apesar da análise de Coelho ter um caráter voltado para as políticas conjuntas em gestão ambiental, compreende-se que é urgentemente necessário que políticas integradas também se realizem contemplando a dinâmica de oferta de bens e serviços, redes de infraestruturas como, por exemplo, o sistema de transporte, a intensa desigualdade social presente na região metropolitana do Rio de Janeiro, etc. Observa-se, portanto, que o diálogo necessário para uma gestão efetiva do espaço da Baía de Guanabara, que envolva as relações entre o governo estadual e os municípios, relações entre os gestores municipais envolvidos, e inclusive as relações de ambos com a instância federal de governo ainda é algo insignificante, não apresentando ao menos uma tendência de evolução neste sentido. Justamente é a falta de diálogo, de um exercício essencialmente político de consenso de objetivos, fundamental à gestão pública, que tem ocorrido múltiplas tensões materializadas no território da Baía de Guanabara.

Considerações Finais

Compreender o espaço geográfico a partir de uma perspectiva multidimensional, embora não seja tarefa fácil, consiste em um desafio absolutamente necessário nas análises geográficas de toda natureza. Nesse sentido, essa pesquisa se dispôs a analisar o espaço da Baía de Guanabara sob tal perspectiva, observando mais detalhadamente este espaço a partir de suas três dimensões centrais.

Da mesma maneira, as tensões que se materializam no território também são, por sua vez, multidimensionais e, no exemplo da Baía de Guanabara não fogem a regra. As tensões presentes no espaço da Baía de Guanabara revelam-se como importantes entraves ao planejamento e gestão desse território fundamental ao desenvolvimento (econômico, social, político, ambiental, cultural, etc) da Região metropolitana do Rio de Janeiro, sendo assim, sua efetiva compreensão por parte dos agentes responsáveis pela produção do espaço urbano faz-se mister e passo fundamental ao planejamento e gestão do referido território. Esse trabalho

procurou oferecer um breve panorama multidimensional do espaço da Baía de Guanabara que possa servir como referência teórica e prática no exercício do planejamento urbano espacial.

REFERÊNCIAS:

ACSELRAD, Henri. Sentidos da sustentabilidade urbana. In: ACSELRAD, Henri (org.). **A duração das cidades**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2001. 254p. p. 43-70.

AMADOR, Elmo. Baía de Guanabara: Um balanço histórico. In ABREU, Maurício de Almeida. (org.) **Natureza e Sociedade no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: S.M.C.T.E. 1992. p. 201-258

CEPERJ. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2009. CD-ROM.

CIDE. **Anuário Estatístico do Estado do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro, 2005. CD-ROM

COELHO, Victor. **Baía de Guanabara: Uma história de agressão ambiental**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

GOVERNO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Plano Diretor de Recursos Hídricos da Baía de Guanabara (PDRH-BG)**. Rio de Janeiro, 2005

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. 5 ed. São Paulo: Edusp, 1985.

_____. **A natureza do Espaço: Técnica e tempo, razão e emoção**. 4 ed. São Paulo: Edusp, 1996.

SOUZA, Celina. Regiões Metropolitanas: Trajetória e influência das escolhas institucionais. In: RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz (org.). **Metrópoles: Entre a Coesão e a Fragmentação, a Cooperação e o Conflito**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/ FASE, 2004. 431p. p. 61-96.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a cidade: Uma Introdução Crítica ao Planejamento e à Gestão Urbanos**. 5 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CASTRO, Iná E. de. **Geografia e Política: Território, escalas de ação e instituições**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.

CORRÊA, Roberto Lobato. Espaço, um conceito chave da geografia. In: CASTRO, Iná E. de; GOMES, Paulo C. da C.; CORRÊA, Roberto Lobato (org.). **Geografia: Conceitos e Temas**. 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. 353p. p. 165-205.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999

Sítios da internet:

<http://www.inea.rj.gov.br/index/index.asp>